



Edição nº 5 – 1º de abril de 2020

O que está sendo feito?

1. Ação civil pública para contratação de pessoal e destinação de leitos federais no Rio de Janeiro



Em ação conjunta, o Ministério Público Federal (MPF) e a Defensoria Pública da União (DPU) cobram da União a contratação de pessoal para os hospitais e institutos federais e a destinação de mais de leitos federais à rede de assistência à covid-19 no Rio de Janeiro. A União é um dos maiores prestadores de serviços de saúde no município, com seis hospitais federais e três institutos, além das duas unidades de saúde da Fiocruz.

A ação objetiva suprir os seis hospitais federais do Rio de Janeiro com EPIs; inserir as Forças Armadas, por seus hospitais de campanha, na rede de assistência hospitalar aos pacientes de covid-19; instalar, equipar (com insumos, medicamentos, materiais e RH) e colocar em funcionamento efetivo os 220 leitos de terapia intensiva previstos para o Hospital Federal de Bonsucesso (HFB), exclusivamente para pacientes de covid-19. Também pretender regularizar os recursos humanos dos Hospitais e Institutos Federais, para viabilizar o atendimento e a instalação dos leitos, entre outros pedidos. [Leia mais.](#)

2. 2. Instauração de procedimentos específicos para acompanhar uso das verbas públicas

O procurador-geral da República e coordenador-geral do Giac-Covid-19, Augusto Aras, sugere aos membros do MPF com atuação no combate à covid-19 a instauração de procedimentos administrativos específicos para



verificar a destinação de verbas públicas utilizadas nas ações de enfrentamento da pandemia. Para subsidiar o trabalho dos procuradores, o Giac solicitou ao TCU o compartilhamento dos dados relativos a essas despesas. Além disso, os membros do MPF responsáveis pelos procedimentos poderão dirigir as demandas necessárias diretamente aos secretários do TCU, por meio de contato com as Secretarias de Controle Externo de Saúde (SecexSaúde) e de Controle Externo da Gestão Tributária, da Previdência e Assistência-Social.

No âmbito estadual, a sugestão é que os membros dos MPs busquem replicar a sistemática com os Tribunais de Contas dos Estados, conforme as respectivas atribuições.

3. Criação de subgrupos temáticos

Os membros focalizadores do MPF com atuação no combate à covid-19, em articulação com a coordenação do Giac, criaram oito subgrupos temáticos para discutir as questões mais críticas e urgentes relacionadas à pandemia. A estratégia foi decidida em reunião realizada ontem entre os focalizadores do MPF em todo o país e o Giac. Os eixos são os seguintes: equipamentos de proteção individual (EPI); outros insumos (leitos, ventiladores, UTI, etc.); medidas de isolamento e suas decorrências; hospitais universitários; hospitais federais; testes; alimentação e transporte escolar; e assistência social e populações vulneráveis. Todos os outros assuntos relacionados ao trabalho, no entanto, continuam sendo tratados pelos focalizadores.